

# **Paulista entra na rota do voto**

**R**espondendo a uma pergunta do senador Eduardo Suplicy, Paes Landim admitiu ter recebido uma caminhonete D-20 de presente da empresa paulista Necla, que usou na campanha de 1990 e vendeu mais tarde a um padre de sua cidade. "Presto serviços de advocacia para ela há mais de 20 anos e ela não tem nada a ver com concorrências públicas", explicou Landim, que reclamou dos altos custos das campanhas políticas nas regiões pobres do País. "Vossa Excelência, que é do Sul, não sabe como é cara uma campanha no Piauí. Temos de pagar até o gás de cozinha do eleitor", disse Landim. "O que é que o senhor tem a ver com uma empresa com sede na avenida Faria Lima? Posso não conhecer bem o Piauí, mas conheço bem São Paulo", respondeu Suplicy.

Nesse instante, em voz alta, com seu forte sotaque lusitano, o deputado José Lourenço (PPR-BA) interrompeu o senador paulista. "Conhece São Paulo, mas gosta mesmo é de ir a Nova Iorque", disse Lourenço, numa referência à viagem que Suplicy fez aos Estados Unidos

há dois meses, a procura da mulher de José Carlos Alves dos Santos, Elizabeth, julgando que ela estivesse viva. "Presidente isso é uma provocação", disse Suplicy ao senador Jarbas Passarinho, que tratou de apaziguar os ânimos: "Não ouvi nada, vamos desconsiderar". E mudando de assunto, perguntou: "Essa empresa Necla, que lhe deu a caminhonete, então é do sacerdote?".

"Quando chego na minha cidade, as pessoas me pedem tudo. Tenho de dar camiseta, brinde. Meus adversários fazem isso, tenho de fazer também", disse. Essas declarações detonaram uma apaixonada discussão sobre o financiamento eleitoral no País e uma proposta do relator da CPI Roberto Magalhães, de modificação da lei eleitoral.

"Não se faz campanha num estado pobre como o Piauí sem gastar muito. É necessário fretar aviões e há uma cultura de que o candidato a deputado é o comandante da campanha, tem de pagar tudo", tentou explicar Landim. O senador Jarbas Passarinho tomou a palavra. "É preciso melhorar a lei eleitoral. Essa história de saldos de campanha é imoral, mas a lei existente é uma hipocrisia, porque as campanhas são caras e não podem ser financiadas com os recursos dos candidatos".